

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE FILOSOFIA

BRUNO ALVES DA SILVA FERNANDES

HISTÓRIA E LUTA DE CLASSES *NO MANIFESTO COMUNISTA* DE
MARX E ENGELS, A PARTIR DAS INTERPRETAÇÕES DE
OSVALDO COGGIOLA E HECTOR BENOIT

CAMPO GRANDE

2024

BRUNO ALVES DA SILVA FERNANDES

HISTÓRIA E LUTA DE CLASSES *NO MANIFESTO COMUNISTA* DE
MARX E ENGELS, A PARTIR DAS INTERPRETAÇÕES DE
OSVALDO COGGIOLA E HECTOR BENOIT

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Ciências Humanas da Universidade
Federal de Mato Grosso do Sul, como parte dos
requisitos para obtenção do título de licenciado em
Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Andre Koutchin de Almeida.

CAMPO GRANDE

2024

Ao meu amado e saudoso pai, Antenor
Fernandes Barros (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Desde que tive os primeiros contatos com as disciplinas do Professor Andre Koutchin de Almeida (com os Textos do Professor Alcides Hector Rodriguez Benoit), a exemplo de seu Relatório Sabático de 1º de janeiro a 31 de agosto (*Marxismo e a tradição dialética*) e, também, com duas outras obras: *Sócrates e o Nascimento da Razão Negativa* e com a própria *Odisseia de Platão: as aventuras e desventuras da dialética*, lá ainda, em 2019, no início da graduação e, nos anos seguintes, com *Platão e as temporalidades: a questão metodológica*, algo me despertou muito a atenção, ou seja, as palavras significativas utilizadas tanto pelo Prof. Benoit, quanto pelo Prof. Koutchin, a exemplo: *arché, gênese, poiésis, léxis, diatáxis*, ordem imanente dos diálogos, a própria dialética, a forma de se exposição, o jeito próprio de escrever de cada um deles, como o próprio Benoit fala no prefácio ao seu Relatório Sabático, a paciência, a demora, as dificuldades, a necessidade de escrever e reescrever os textos filosóficos, obras traduzidas do Grego Antigo, atividade esta realizada em seus mais de 50 anos de dedicação aos estudos dos diálogos de Platão/Sócrates. Nesse aspecto, na mesma linha, aquilo ao qual eu já parecia procurar há algum tempo, mas ainda não sabia exatamente o que era e, mais ainda, ao ouvir essas expressões significativas, palavras, ao mesmo tempo inspiradoras (motivadoras) para poder também estar realizando/escrevendo algo, a Monografia ou qualquer outra atividade, fosse ela da Faculdade ou não, da própria vida cotidiana, prática, do dia a dia, ou seja, das minhas próprias ações, de um melhor atuar enquanto pessoa integrante a uma comunidade, ao próprio Universo, ao próprio Mundo ao qual habito. Dito isto, dedico esse trabalho e agradeço imensamente aos meus Professores (as) que em muito me ajudaram nessa penosa e difícil tarefa, a minha formação, em especial ao meu orientador, Professor Dr. Andre Koutchin de Almeida, ao Professor Dr. José Carlos da Silva e amigo, ao Professor Dr. Ricardo Pereira de Mello e amigo, ao Professor Dr. Erickson Cristiano dos Santos e amigo, a todos os demais Professores(as) do Curso de Filosofia da UFMS que me ajudaram e muito, de verdade, em minha formação, em estar tornando esse momento uma realidade, um sonho de criança. À Professora Vivina Dias Sol Queirós, historiadora, Diretora da Faculdade de Ciências Humanas (FACH), ao Professor Ronaldo José Moraca, meu orientador dos Estágios Supervisionados Obrigatórios e amigo, pela paciência, atenção, ensinamentos: muitíssimo obrigado. À Professora Elaine Lima, à Professora Darci Flávia Júlia, à Professora Stella Sanches, à

Professora Marta Alves Nunes da Costa, à Professora Suzana Ribeiro Salgado Lopes, à Professora Maíra de Souza Borba, à Professora Mariuza Aparecido Camilo Guimarães, à Profa. Lenita Maria Rodrigues Calado, ao Professor Amir Abdala, ao Professor Fabrício de Almeida Santiago, ao Professor Aparecido Francisco, ao Professor Asher Brum Pereira, ao Professor Ricardo Luiz Cruz, ao Professor Carlos Prado Batista, ao Professor Ronaldo Amaral, ao Professor Rubem Ayang Oliveira, ao Professor Vinícius Carvalho da Silva, ao Professor Weiny César Freitas Pinto, ao Professor Pedro Damasceno Uchôas, ao Professor Cleverton Rodrigues, ao Professor Thiago Moura Castro e ao Professor Diogo Sene, lá da Escola Estadual Orcírio Thiago de Oliveira, situada aqui em Campo Grande – MS. Obrigado. Ao Projeto Ágora, aos Grupos de Estudos E.F e Idealismo Alemão, Ceticismo e *Physikós*. Ao Grupo de Pesquisa A Tradição Dialética Ocidental. A todos os Servidores da Unidade 13, Silvio, Márcia, dona Cleide, Taynara, seu Mário, seu Laércio, Oséias Jr., Maíra, Adilson, Andrei, pessoas humanas e trabalhadoras. Ao Wesley, ao Diogo (à Élen) e ao Amado Batista (e à dona Eleusa). Ao pessoal da PROAES, Francieli, Rodrigo, Marlene, Anderson, da PROECE, ao Renato, Mateus, Luís (FACOM/FAENG), Cláudio Gabriel, Giuliano, Liana, Edivaldo, seu João. Ao pessoal da Biblioteca Central, seu Cirilo, Marcos, Larissa, Luciana, Ferreira, Yohanner, Thaís, Nathália, Talita. À Vice-Reitora, Professora Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo, e ao Pró-Reitor, Albert Schiaveto de Souza, pessoas compromissadas em levar o Ensino, a Pesquisa e a Extensão à frente, com conhecimentos e valores da nossa querida e estimada UFMS, ideias expressas por Pedro Pedrossian no Paliteiro, logo na entrada da Universidade, simbolizando também os sonhos e as aspirações da juventude. Ao Professor João Libonati, Armando Moura, Kzam do Cursinho Ideal – Alcindo Cacela; ao Professor Fabrício Alves e Eduardo Bechara Filho do Cursinho *Physis* e ao Professor Alfredo Costa do Cursinho Universo, de Belém-PA, pela oportunidade que me foi dada de estudar no Cursinho Ideal, onde permaneci por 4 anos (2012-2015), e onde tanto aprendi. Conseguimos a aprovação na Universidade Federal Rural da Amazônia (a UFRA) em Agronomia, 2015, depois em Direito para Três Lagoas-MS, 2016, nessa mesma UFMS, lugar onde fiz boas amizades, conheci a mulher da minha Vida (Marcela, dona Ana). Muito obrigado. E a Turma de 2008 da Escola Estadual Parsondas de Carvalho (ao Paulo André, Gleicione, Marciano, Rafael, Maelson, Hugo, Robson, Elias, Daniel, Romário, Mayara, Tássia, Lorena, Simone, Géssica, Janara, Walterléia, Aline), ao Professor Jocsã Brandão, Dionésio, Jaciara, Aldefran, Marilan (*in memoriam*); Janaína, Luís Carlos Alves de Jesus, Eliane, Goiamar, Walber Neiva, Pedro César,

Toinha, Ana Maura, Raimunda Rocha, Fabhianne. Por fim, dedico esse momento aos meus pais: ao meu saudoso Pai, Antenor Fernandes Barros (*in memoriam*) e a minha Mãe, Helena Alves Santos. Aos meus sobrinhos(as): Davi, Jorge e Clovinho, Élen, Everaldo. Aos meus tios(as): Santo, Valdenor, Manoel, Pedro, Dom dom, Maria de Jesus, Delice, Aldenora. Aos meus cunhados Domingos e Maria. Aos meus avós Maternos : Raimundo Alves e Domingas Alves Santos. Aos meus avós paternos: Sussu Alves Ferraz e Lourdes (Marcos do Rêgo Barros e Alexandrina Fernandes Barros de Castro). os meus irmãos: Eduardo, Samara e Fernando, Débora , Marco Aurélio , Mário, Matheus , Lucas e Antônio (o “Divino”); a todos os outros parentes e amigos (Ricardo-UFMA e UFPA) Silvana Silvinha Pedro – UEPA, Domingos – UNESP e UFPA, Jair-UFPA, Gilson-UFPA, Wesley, Cristina Delane-UFPA, Mauro-UFPA, Medeiros, Abel-UFPA, Saul, Leanderson, Romário-UFPA, Edson-UFPA, Ceupianos, amigos de infância, Manim, Cícero, Signei, o “Shimina”, Jardel, Chico, Veríssimo, o preto (*in memoriam*). À Turma de 2019 do nosso Curso de Filosofia: Adir, Brunessa, Josiane, Giovani, José Antônio e Júlio.

EPÍGRAFE

“A história de todas as sociedades até nossos dias é a história das lutas de classes” (Marx e Engels no Manifesto Comunista de 1848).

RESUMO

Para Karl Marx e Friedrich Engels, as lutas de classes são na história um processo antagônico, dialético, pelo qual a humanidade passou e passa por diferentes mudanças e estágios sociais, no sentido de sua própria superação e desenvolvimento. Tal processo histórico é expressado por Marx e Engels no *Manifesto Comunista* de 1848. Este processo histórico, por sua vez, será abordado também por intérpretes brasileiros de Marx e Engels, tais como Osvaldo Coggiola e Hector Benoit, como algo imanente e dialético, isto é, como algo inerente ao próprio processo histórico, de acordo com a teoria proposta por Marx e Engels, não enquanto uma Lei Newtoniana, algo eterno, absoluto, ou mesmo como preconizada pelo físico e matemático inglês Isaac Newton, ou ainda por Johannes Kepler, mas entendida enquanto uma necessidade de interpretação crítica e revolucionária da própria sociedade burguesa ou capitalista. Com o objetivo de empreender uma revisão teórica dos intérpretes mencionados, e sob a perspectiva destes, compreendemos que a sociedade burguesa do passado, do Século XIX, e a sociedade burguesa do momento presente, do Século XXI, não são fundamentalmente distintas, uma vez que ainda prevalece como princípio destas sociedades a relação antagônica entre a burguesia e o proletariado.

Palavras-chave: História; *Manifesto Comunista*; Capitalismo; Dialética; Lutas de Classes.

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO.....	10
II. O <i>MANIFESTO COMUNISTA</i> DE MARX E ENGELS, DE 1848, A PARTIR DA <i>INTRODUÇÃO</i> DE OSVALDO COGGIOLA.....	11
III. A TEORIA DA HISTÓRIA EM MARX, A PARTIR DA INTERPRETAÇÃO DE HECTOR BENOIT.....	25
IV. CONCLUSÕES.....	38
REFERÊNCIAS.....	40

I. INTRODUÇÃO

Desde os primórdios, da pré-história à contemporaneidade, o homem vem passando por inúmeras transformações ao longo dos séculos ou períodos. Da idade da pedra lascada – onde os instrumentos eram rudimentares – ao Neolítico (Período da Pedra Polida), em que há uma melhora significativa das ferramentas, das técnicas de cultivo, das plantações, de novas técnicas empregadas ao próprio bem-estar desse homem em coletividade, seja aumentando a produtividade das lavouras, dos alimentos, seja no próprio ato de se comunicar, das interações entre esses sujeitos em vida tribal ou não, de uma forma de vida mais simples a uma forma de vida mais complexa.

Diante disso, nesse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), busca-se esclarecer e demonstrar que a história do homem é, além do exposto brevemente acima, um processo constante de lutas, de enfrentamentos, de antagonismos, assim como pensara e evidenciara Karl Marx (1818-1883) em sua obra clássica *O Manifesto Comunista* de 1848, escrito de forma conjunta com seu amigo e contemporâneo, Friedrich Engels (1820-1895). Nessa direção, ideias desses autores (Marx e Engels), que perpassam a referida obra, são mencionadas, de forma mais recente, por diversos intérpretes brasileiros, tais como Alcides Hector Rodriguez Benoit (1951-2022)¹ que em alguns de seus trabalhos, escritos, artigos científicos, e também em seu Relatório Sabático de 1º de janeiro a 31 de agosto: *Marxismo e a tradição dialética*, onde ele, no capítulo III (*A teoria da história em Marx*), faz análises e referências ao *Manifesto Comunista* de 1848. Nessa direção também, outro intérprete brasileiro de Marx e Engels, Osvaldo Coggiola², também o faz em sua *Introdução ao Manifesto*, publicado pela Editora Boitempo em 1998.

Sendo assim, através de uma revisão literária das obras desses intérpretes, temos por objetivo demonstrar que a História do Homem – desde os primórdios até a contemporaneidade – é um processo constante de lutas de classes, processo este antagônico e dialético, conforme Marx e Engels indicaram no *Manifesto Comunista*, de 1848.

¹ Alcides Hector Rodriguez Benoit (1951-2022), filósofo uruguaio, professor livre-docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH da UNICAMP.

² Osvaldo Luis Angel Coggiola (1952), historiador argentino, professor titular da Universidade de São Paulo (USP).

II. O MANIFESTO COMUNISTA DE MARX E ENGELS, DE 1848, A PARTIR DA INTRODUÇÃO DE OSVALDO COGGIOLA

Karl Marx (1818-1883) nascera em Trévis, Prússia, hoje, atual Alemanha Ocidental. Filho de Heinrich Marx, Advogado e Henriette Pressburg, dona de casa, possuía descendência Judia. Foi no contexto de sua época, a Alemanha do século XIX, que se tornou um militante engajado quanto aos problemas que o cercava, que o fizesse querer lutar pela causa dos menos favorecidos, dos oprimidos, pela classe trabalhadora. Marx - Filósofo, Historiador, Advogado, Jornalista, Sociólogo, Teórico Político, Economista e Revolucionário Socialista Alemão, em sua Clássica Obra *O Manifesto Comunista – Das Kommunistische Manifest* em alemão, obra datada do ano de 1848, onde em conjunto com Friedrich Engels (1820-1895), empresário industrial e revolucionário prussiano, alemão, amigo de Marx, em meados do Século XIX, procuram redigir um texto, para dar respostas, encontrar soluções para aquele contexto europeu de quase metade do Século XIX, da Revolução de 1848 ou Primavera dos povos , como se nota, respectivamente, nas páginas 9 e 10 do livro *Manifesto Comunista* (1998, pp. 9-10). Como é descrito logo a seguir em na *Introdução* redigida por Osvaldo Coggiola:

Quando o *Manifesto* foi encomendado, em novembro 1847, todos acreditavam que a Europa estava às vésperas de uma revolução. Apesar do sentido geral de urgência, Marx, aparentemente despreocupado, demorou para entregar o documento. No final de janeiro, a direção da Liga dos Comunistas, sediada em Londres, enviou a Marx uma carta impaciente: “O Comitê Central, por meio desta, autoriza o Comitê do Distrito de Bruxelas a comunicar ao cidadão Marx que caso o *Manifesto do Partido Comunista*, que ele se propôs a redigir no último Congresso, não chegue a Londres antes do dia 1º de fevereiro, tomar-se-ão medidas contra ele. Na eventualidade do cidadão Marx não escrever o *Manifesto*, o Comitê Central pede que os documentos a ele confiados pelo Congresso sejam devolvidos imediatamente”. A carta estava assinada por Bauer, Schapper e Moll, três operários alemães, exilados em Londres, que eram então dirigentes da Liga. O *Manifesto* coincidiu com o início da esperada revolução. Ela estourou na Suíça, espalhou-se rapidamente para Itália e França, depois para Renânia, Prússia e, em seguida, para Áustria e Hungria (COGGIOLA *apud* MARX; ENGELS, 1998, pp.9-10).

Esta Revolução (Levante Revolucionário) que já era esperada por ampla maioria dos intelectuais, ao qual fazia parte nesse bojo, o próprio Marx, e, por sua vez, pelas

massas europeias, como afirma também Eric John Ernest Hobsbawm, historiador Marxista britânico (1917-2012). Diz Hobsbawm (citado por Coggiola):

“A catástrofe de 1846-1848 foi universal e a disposição de ânimo das massas, sempre dependente do nível de vida, tensa e apaixonada. Um cataclismo econômico europeu coincidiu com a visível erosão dos antigos regimes. Um levante camponês na Galícia em 1846; a eleição de um papa ‘ liberal’ no mesmo ano; uma guerra civil entre radicais e católicos na Suíça no final de 1847, ganha pelos radicais; uma das constantes insurreições autonomistas sicilianas em Palermo no início de 1848(...) Tudo isso não era pó e vento, mas os primeiros rugidos da tempestade. Todos sabiam disso. Dificilmente uma revolução foi mais universalmente prognosticada, mesmo sem se determinar em que país e data teria início. Todo um continente aguardava, pronto para transmitir as primeiras notícias da revolução, de cidade em cidade, através dos fios do telégrafo elétrico” (COGGIOLA *apud* MARX, ENGELS,1998, p.10).

Diante dessas constatações de Hobsbawm, há pouco citadas, nesse sentido, é importante salientar que a Revolução Francesa de 1789 ao lado da Revolução Inglesa, de 1820-30, da Revolução Russa de 1917 e da Revolução Burguesa Alemã de 1848, foram a consequência, e não as causas para que (Marx e Engels), juntamente com a Liga dos Comunistas ou dos Justos e todos os outros personagens históricos, ali envolvidos, naquele contexto da época, palco, cena, produzissem teorias, ideias, ideais, aspirações de razões diversas, ou seja, pudessem antever e até mesmo ter evitado Catástrofes, crises econômicas, financeiras, de Guerras, problemas de ordem não humana, naturais ou não, das próprias ações humanas, a exemplo do nascimento da Indústria, com isto, da exploração voraz do homem pelo homem. Como evidencia Hobsbawm em outra passagem: “(...) A grande revolução de 1789-1848 foi o triunfo não da ‘indústria’ como tal, mas da indústria *capitalista*; não da liberdade e da igualdade em geral, mas da *classe média* ou da sociedade ‘*burguesa*’ liberal (...)” (HOBSBAWM, 2017, p.20).

Dessa forma, sendo o Antigo Regime Feudal na Alemanha, também, juntamente com a Indústria, as Fábricas, um catalisador para que houvesse a Revolução *Burguesa Alemã* de 1848 em si, ou seja, que ela acontecesse em vias de fato, da *práxis* Revolucionária outrora pensada por Marx e Engels, a efetivação do *Comunismo* em si, da transição *Socialismo–Comunismo* (da instauração da Ditadura do Proletariado), por sua vez, a abolição da propriedade privada, dessa maneira, da tomada dos meios de produção pelo Proletariado e do sepultamento da Burguesia Capitalista.

O nascimento da moderna Indústria Inglesa, em 1820-30, em meados do Século XIX, ao substituir o trabalho manual, a manufatura nas Corporações de Ofício, a *guilda*, pelo trabalho assalariado, da divisão do Trabalho, imprimiu um novo ritmo de vida a Inglaterra e em grande parte do globo terrestre, consumidores diretos e indiretos de produtos industrializados, assim como uma demanda cada vez mais crescente de produtos *in natura*, naturais e de mão de obra especializada, de novos Mercados. A Revolução Industrial Inglesa, como descreve Álvaro Pina na parte I *Burgueses e Proletários*, foi um grande divisor de águas na historiografia da Humanidade em Geral, pois não só foi responsável por gerar empregos, novos postos de Trabalho, que outrora era feito à mão, manufactureiro, e sob duras penas, condições degradantes e de explorações, desumanas, mas, sobretudo, por enxergar a natureza como um celeiro infinito, abundante, de matérias-primas. Fato este, na História do Brasil, por exemplo, que ocasionou a substituição da mão-de-obra indígena, ainda no Império, por uma outra, a negra, mais especializada, ou seja, sob pressões da Inglaterra, onde fora promulgada em 13 de Maio de 1888 a Lei Áurea, a Abolição da Escravatura, do tráfico de escravos, pela Princesa Isabel. Se de 1450 em diante, já no século XV, as Grandes Navegações Portuguesas – Europeus - viam o Oceano Atlântico como uma janela para as índias orientais, para o novo mundo, terra de Santa Cruz, terras brasileiras, por Pedro Álvares Cabral(1467-1520), navegador e explorador Português, chegando primeiro às Índias Orientais, depois ao Brasil em 1500, à América do Sul e por Cristóvão Colombo(1451-1506), navegador e explorador Genovês, Italiano, descobridor do Novo Mundo, dos povos pré-Colombianos(Maias, Astecas), à América do Norte em 1492, como uma oportunidade de expandir, de conectar novas rotas marítimas e comerciais ao Velho Mundo – agora, com a implantação de novos Maquinários cunhados pela Indústria Inglesa, esse processo exploratório não se dará , apenas , sob a forma *in natura*, de produtos por produtos da natureza, de coisas, como também da exploração mercantilista, mercenária, do Homem sobre o seu semelhante, da exploração da força de trabalho com o intuito da acumulação desenfreada de dinheiro, cada vez maior de mais capital e de dividendos, de lucros, aquilo que Marx nomeou de *mais-valia* ou sobrevalor, absoluta e relativa, em sua *Teoria Valor-Trabalho*. Como evidenciam Marx e Engels nessa passagem:

Dos servos da Idade Média nasceram os moradores dos primeiros burgos; desta população municipal saíram os primeiros elementos da burguesia. A descoberta da América, a circunavegação da África abriram um campo de ação à burguesia emergente. Os mercados das Índias Orientais e da china, a colonização da América, o comércio

colonial, o incremento dos meios de troca e das mercadorias em geral imprimiram ao comércio, à indústria e à navegação um impulso desconhecido até então; e, por conseguinte, desenvolveram rapidamente o elemento revolucionário da sociedade feudal em decomposição. A organização feudal da indústria, em que esta era circunscrita a corporações fechadas, já não satisfazia as necessidades que cresciam com a abertura de novos mercados. A manufatura a substituiu. A pequena burguesia industrial suplantou os mestres das corporações; a divisão do trabalho entre as diferentes corporações desapareceu diante da divisão do trabalho dentro da própria oficina (MARX, ENGELS, 1998, p.41).

A constituição das feiras livres, da construção de vilas, depois das próprias cidades com os cercamentos dos campos (*enclosures*), foi na Europa Inglesa Feudal um elemento importante para o nascimento da Burguesia e, por conseguinte, do desenvolvimento do próprio Comércio. Essa transição, passagem, se deu sobretudo na Inglaterra da primeira e da segunda Revolução Industrial, em 1760 e 1870, respectivamente, com aquilo que se convencionou chamar nos livros didáticos de História de “a crise do Antigo Regime”, o Feudalismo, das Monarquias Absolutistas. Ou seja, um período que durou por longos anos, por quase mil anos, desde a Alta Idade Média, dos séculos V – X aos séculos XI – XV, já com a Baixa idade Média, iniciando as Grandes Navegações, em passagens para o Século XVI.

O Velho Mundo (a Europa Ocidental) desde a fundação do Sacro Império-Romano Germânico, da origem Lendária e Histórica da Roma Antiga, da fundação da cidade pelos irmãos Rômulo e Remo, que ainda quando crianças foram abandonados às margens do rio Tibre e criados por uma Loba (a Loba Capitolina), história retratada, por exemplo, pelo poeta romano Virgílio no poema épico *Eneida*, foi um momento importante não só para se entender a Historiografia Ocidental, como também para se compreender a História do Oriente, dos demais povos, para se entender a cultura, crenças, valores, as mais diversas concepções de mundo dessas pessoas, a partir da própria fragmentação do Império Romano, que no passado fora tão extenso, colossal, como as Cordilheiras dos Andes no Equador ou ainda dos campos de arroz na China, no Oriente, da Cordilheira do Himalaia. Onde a partir dessa fragmentação houve o surgimento de novos centros comerciais e urbanos, novas cidades, a exemplo de França, Itália, Inglaterra, Holanda, Alemanha, outras. E a partir disso, da constituição dessas Nações, povos, territórios, novos horizontes, a exemplo a Nação Alemã, com a *Revolução Alemã de 1848* ou de Março, deu-se início a uma onda de revoltas populares nos Estados Alemães, onde se

reivindicava por maior participação Política, por Democracia, por Liberdade de expressão, diante da Monarquia; revoltas estas, que iniciada em 1848, só se findariam um ano depois, em 1849, período em que Marx e Engels chegavam a Alemanha, vindos da França, palco histórico das Guerras Napoleônicas, do General Francês Napoleão Bonaparte (1769-1821), em passagens do XVIII ao XIX. General este, que proibiu Inglaterra e Portugal – *O Bloqueio Continental* - de manterem relações econômicas, comerciais, ao *Tratado de Methuen* ou de panos e vinhos, a grosso modo, panos que provinham das fábricas inglesas e vinhos, por sua vez, das vinícolas portuguesas, dos campos dessa nação ibérica. Desse modo, ocasionado a fuga da Corte Portuguesa, de Dom João VI e de Carlota Joaquina, sua esposa, para o Brasil. Importante salientar que nesse período já havia um desejo por parte da Burguesia em se desvencilhar, separar do povo, das camadas mais baixas da pirâmide social, desse estamento social, daquilo que se convencionou designar de Terceiro Estado. Nesse sentido, estando a Burguesia, agora, mais próxima ao Segundo e ao Primeiro Estado, ou seja, respectivamente, a Nobreza e ao Clero. Como aponta Coggiola:

O famoso prognóstico do Manifesto (“[...] a Alemanha se encontrava às vésperas de uma revolução burguesa, e [...] realizará essa revolução nas condições mais avançadas da civilização européia e com um proletariado nitidamente mais desenvolvido que o da Inglaterra no século XVII e o da França no século XVIII e, por conseguinte, a revolução burguesa alemã só poderá ser o prelúdio imediato de uma revolução proletária”) se realizou pela negativa: a revolução alemã não triunfou como revolução proletária mas, por isso mesmo, também abortou como revolução democrática(“burguesa”). (COGGIOLA *apud* MARX, ENGELS, 1998, pp.32-33).

Como se vê, a Revolução Burguesa Alemã de 1848 foi a gênese de um longo percurso histórico, não só dentro da própria Alemanha, do percurso intelectual, de vida pessoal, filosófica, de militância político-partidária dos jovens Alemães Karl Marx e Friedrich Engels, que na época da Redação do Manifesto, possuíam 30 e 28 anos de idade, respectivamente, mas que para se entender, compreender o que estava por vir, os prelúdios como é colocado nas páginas do *Manifesto Comunista* de 1848, os desdobramentos de outras Revoluções em outros Países, a exemplo: a Industrial Inglesa em 1820-30, a própria Revolução Russa de 1917, do período entre Guerras (1914-18, 1939-45) e do Pós-Guerra no Século XX. Nesse sentido, vivendo nessa fase em clandestinidade e no embate direto não só com outros intelectuais da mesma época que Marx e Engels, a exemplo os Jovens Hegelianos (Ludwig Feuerbach, Bruno Bauer, Max

Stirner), Hegelianos de esquerda e de Direita, como também com o próprio Estado Prussiano. Como evidenciam Marx e Engels nessa página do *Manifesto*: “um espectro ronda a Europa – o espectro do comunismo. Todas as potências da velha Europa unem-se numa Santa Aliança para conjura-lo: o papa e o czar, Metternich e Guizot, os radicais da França e os policiais da Alemanha” (MARX, ENGELS, 1998, p.39).

Hegelianos estes, tanto de Direita quanto de Esquerda, que assim como David Riazanov, Revolucionário e Historiador Russo, forçam os textos e a História, ao aproximarem as ideias de Marx, ao compararem o comunismo a elementos estranhos a Democracia Proletária defendida, quase que sinônimos, acreditada por Marx. Ou seja, como sendo o comunismo equivalente à democracia burguesa. Como cita Coggiola:

David Riazanov força o texto e a História ao afirmar que, quando o Manifesto assimila a “constituição do proletariado como classe dominante” à “conquista da democracia”, Marx “ se refere a uma democracia proletária, oposta à democracia burguesa”.¹⁰ Isto não é verdade: em meados da década de 1840, a “ democracia” era o movimento geral de luta contra o status quo monárquico-aristocrático prevalecente(...).(COGGIOLA *apud* MARX, ENGELS, 1998,p.21).

Diante disso, a Revolução Francesa de 1789-1799, ocorrida no Século XVIII, assim como a Revolução Burguesa Alemã de 1848, se originou do descontentamento da população, das massas (artesãos, pequenos comerciantes, camponeses, artífices), da população francesa frente ao Antigo Regime ou Absolutismo Monárquico. Ou seja, dos privilégios da Aristocracia, das relações de Servidão e dos Estamentos, de posições sociais. População esta que na época dos Girondinos, da Direita e do Jacobinismo de Maximilien Robespierre, e da Esquerda, designada de *sans-cullots*, que pela tradução do idioma francês da época, significa de forma pejorativa “os sem calças ou meias”, nesse aspecto, se referindo a posição social desses indivíduos, pessoas, trabalhadores, mais pobres. Crises econômicas e naturais, do déficit, de gastos com o próprio luxo da aristocracia, do Estado Francês com as contas Públicas e das próprias catástrofes naturais, de enchentes em 1784, de secas em 1785, ou seja, fazendo aumentar as insatisfações populares com as formas de governo, do Rei Luiz XVI, que eram praticadas nesse período, pré-Revolução Francesa, no ano de 1789, por conta dessas instabilidades naturais e sociais. Revolução que por sua extensão e complexidade, pode ser didaticamente dividida em três fases, a saber: a primeira fase (de 1789 a 1792), designada a Era das Instituições; a segunda fase (de Outubro de 1793 a Julho de 1794), A República

Popular, Governo de Robespierre e, por fim, a terceira fase (de 1794 a 1799), a Era das Consolidações. Como evidencia Coggiola logo a seguir:

O período mais radical da Revolução Francesa também foi concluído com a derrota de sua direção (os jacobinos, donos do poder entre 1792 e 1794), mas estes também tiveram os seus continuadores radicais, na chamada Conspiração dos iguais, encabeçada em 1796 por Gracchus Babeuf.(...) A tradição e o programa igualitarista(crescentemente denominado comunista) da Revolução Francesa transmitidos diretamente ao movimento operário por um sobrevivente dos Iguais, Felipe Buonarroti, descendente do escultor italiano Michelangelo Buonarroti , que escreveu um livro: História da Conspiração dos Iguais. (...) o livro de Buonarroti era muito conhecido entre os operários. Pertencia à literatura popular junto com os discursos de Robespierre e os Artigos de Marat''(líderes jacobinos-radicalis da Revolução Francesa). Assim, como notou Eric J.Hobsbawm, na década de 1840, '' a história europeia assumiu uma nova dimensão: o problema social, ou melhor, a revolução social em potência encontrava expressão típica no fenômeno do proletariado. Sobre a base de uma classe operária que crescia e se mobilizava, era agora possível uma nova e mais significativa fusão da experiência e das teorias jacobino-revolucionárias-comunistas, com as socialistas-associonistas'' (COGGIOLA *apud* MARX, ENGELS,1998, pp.18-19).

Constatações estas, já explicitadas por Hobsbawm no começo das páginas do próprio *Manifesto Comunista* de 1848, ao mencionar os prelúdios da revolução, ou seja, da gestação de greves, de revoltas, de levantes sociais, populares, em curso na própria História. A exemplo, também, em 1871, contestações populares e de caráter social, a *Comuna de Paris*. Dessa forma, inspirada nos ideais, lemas Iluministas, de: *Liberté* (Liberdade), *Igalité* (Igualdade) e *Fraternité* (Fraternidade), o que para os ingleses, anos depois será chamado de Liberdade, Igualdade e Razão, sob ideais do Líder cartista inglês O'Connor, da luta por liberdades individuais e democracia que para Marx e Engels juntamente com outras Ligas, aspirações, seria superada para a Ditadura do Proletariado. Embora, essa Razão inglesa diferentemente dos ideais franceses, apontasse para o Liberalismo Industrial.

Nesse passo, na metade do Século XVIII, em 1750, se deu na Inglaterra o nascimento da Indústria propriamente dita, que de forma pioneira, se iniciou com o aparecimento das primeiras indústrias têxtil nas cidades inglesas (em Manchester, Escócia, País de Gales). Que assim como a Revolução Francesa de 1789, possuiu fases, a saber: A Primeira Revolução Industrial (de 1760 a 1860), a Segunda Revolução Industrial (de 1850 a 1945) e, por fim, a Terceira Revolução Industrial (de 1950 em

diante, até os dias de hoje, século XXI). A par disso, os ideais Iluministas, de Razão - como crítica ao Sistema Colonial, de Liberdade de Comércio, ou seja, fazendo surgir nesse período o Liberalismo econômico Puritano, assentado sobretudo na Propriedade privada, dos meios produtivos, das Máquinas, ou aquém de valores, por exemplo, de Democracia. Nesse sentido, Liberalismo fabril este, das Fábricas e da Liberdade de Comércio, que não será muito distante do Mercenato (da Liberdade de produção intelectual, artística, de assinatura das próprias Obras, como preconizava o individualismo Renascentista italiano) , não muito longe daquilo que acreditavam os Puritanos ingleses, Burgueses Capitalistas, ou seja, em uma nova Inglaterra, Mayflower, em um Reino de Deus na Terra. Do Calvinismo de João Calvino (1509-1564), teólogo francês. Valores estes, distantes de Martinho Lutero (1483-1546), Monge agostiniano e teólogo alemão, dos Luteranos, ao escrever Lutero, suas 95 teses ou críticas à Igreja Católica Apostólica Romana; de Thomas Müntzer (1489-1525), teólogo reformador Alemão, ao se opor ao Batismo, Anabatistas, não batizados, em uma vertente mais radical, cujo o próprio Engels, se sentirá inspirado. Como esclarece Coggiola sobre o “partido comunista verdadeiramente atuante”,

[...] Foi a tendência radical das revoluções democráticas, caracterizada pelas suas propostas igualitárias, que foram paulatinamente designadas pelo termo “ comunismo”. Engels rastreou as origens dessa tendência nos primeiros grandes levantes contra a aristocracia, “ na época da Reforma e das guerras camponesas na Alemanha, a tendência dos anabatistas e de Thomas Müntzer, na grande revolução inglesa, os levellers; e, na grande Revolução Francesa, Babeuf.(...) No momento mais radical da revolução inglesa do século XVII, uma maioria parlamentar chegou a apoiar os levellers (“ igualitários” ou “ niveladores”), os quais procuravam levar as idéias democráticas à sua conclusão lógica, atacando todos os privilégios e proclamando a terra como uma herança natural dos homens.(...) Seus continuadores radicais foram os diggers (“ cavadores”), muito mais precisos em relação à sociedade que desejavam estabelecer e que, totalmente descrentes de uma ação política de tipo normal, só acreditavam na ação direta (COGGIOLA *apud* MARX, ENGELS, 1998,pp.18-19).

Como se nota, o nascimento da Moderna Indústria na Inglaterra, fez nascer um novo tipo de Homem, o Liberal Burguês, detentor dos meios de produção e apropriador também, não apenas dos próprios recursos naturais, de modifica-la geograficamente e historicamente, em uma segunda natureza, como também de seu semelhante, ao demarcar o dia em jornadas fixas e extenuantes de Trabalho nas fábricas de tecidos, na

Inglaterra de 1750, depois, por conseguinte, nas 13 colônias Inglesas, com a Revolução Americana de 4 de Julho de 1776, no Século XVIII.

E finalmente, a Revolução Russa já em 1917, no século XX, que diferentemente da Burguesa Alemã de 1848, da Francesa em 1789 e da Inglesa em 1820-30, dessas Nações Europeias, do contato do jovem Marx com diferentes intelectuais, com as mais diferentes experiências acumuladas ao longo de décadas de militância e de escrita, de produção de obras, do contato com os próprios economistas Clássicos Ingleses (com David Ricardo, Adam Smith, Stuart Mills, Thomas Malthus) e as Internacionais Socialistas/Comunistas, propiciando o amadurecimento de Marx, o velho ou maduro, como é assim referenciado pela ampla literatura, grande público, como tendo percebido já nessa nova fase de vida, de estudos mais profundos, do próprio idioma russo, o fez entender que o comunismo na *práxis* histórica, de sua aplicação prática, objetiva, concreta, só poderia ocorrer nesses países europeus desenvolvidos (França e Inglaterra) e excepcionalmente em alguns outros países de fora da Europa. Contudo, assim que esse novo processo fosse iniciado a tendência seria a de se expandir para todo o mundo. Como aponta Coggiola:

[...] O Congresso [da Liga] aprovou a publicação de uma revista, cujo único número apareceu em setembro de 1847, com o título de Revista Comunista. Nesse número é adotado, substituindo o antigo lema da Liga: “Todos os homens são irmãos”, aquele indicado por Engels seguindo sugestões de Marx, e que seria o grito de guerra com que se haveria de encerrar o Manifesto: “Proletários de todos os países, univos”. [...] O objetivo político do Manifesto, portanto, é dotar de um programa a um partido cujos contornos estão ainda pouco definidos: o ‘partido comunista’ de que fala o Manifesto é um partido internacional, cujos embriões são a Liga dos Comunistas e os Fraternal Democrats, isto é, de um lado, uma organização composta sobretudo por alemães, mas dispersa por toda a Europa e, de outro, uma organização concentrada em Londres, mas composta de representantes exilados de grupos operários e comunistas de vários países do continente” (COGGIOLA *apud* MARX, ENGELS, 1996, pp.12-30).

Esse internacionalismo se daria através da própria União entre o Proletariado de todo o Planeta, do Mundo, outrora dita por Marx e Engels, dos mais diferentes Trabalhadores, camponeses, artesãos, operários, das classes mais baixas, pobres. Ou seja, União entre os Trabalhadores tanto do Campo, quanto da Cidade, como militava também a *Trade-unions* inglesa, encabeçada por movimentos operários, pelos sindicatos.

Realizada essas digressões Históricas sobre as Revoluções Burguesa Alemã, Francesa, Inglesa e Russa, há a necessidade, agora, de se fazer outros esclarecimentos. O primeiro deles, a saber, seria o das máculas lançadas sobre as ideias e militância do próprio Marx no *Manifesto Comunista* de 1848, ou seja, como já explicitado anteriormente, lançadas, por exemplo, por David Riazanov, Historiador e Revolucionário Russo, assim como os Hegelianos de Direita e de Esquerda, de aproximações de Marx à Democracia Burguesa Capitalista. Sendo que Marx, na realidade, defendera uma transição do socialismo, ou seja, de uma sociedade que apesar de mais desenvolvida que a Burguesa, ainda assim, num primeiro momento, dividida em classes. Sendo assim, haveria a necessidade de se seguir adiante, para uma outra forma de sociedade, o comunismo, uma sociedade sem classes: “O que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa” (MARX, ENGELS, 1996, p.52). Sociedade onde não houvesse Classes, nesse sentido, onde haveria o fim do Estado. Como esclarecem Marx e Engels ao citar o filósofo contratualista genebrino, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), autor do *Contrato Social* de 1762, e de *A Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens* de 1755. Onde dizem:

O caráter ilusório da democracia burguesa já denunciado por Jean-Jacques Rousseau no século XVIII: “O povo inglês pensa ser livre, porém engana-se totalmente. É livre somente durante a eleição dos membros do Parlamento: depois que estes são eleitos é escravo, não é nada. A soberania não pode ser representada: consiste essencialmente na vontade geral e a vontade não se representa. É ela mesma ou é outra coisa: não há meio termo”. O Manifesto colocou positivamente a superação da natureza não-democrática do Estado constitucional: “[...] a primeira fase da revolução operária é o advento do proletariado como classe dominante, a conquista da democracia”. Democracia e domínio político da burguesia são incompatíveis, não existe “Estado democrático sob hegemonia burguesa” – e hipoteticamente sob hegemonia proletária – mas ditadura burguesa sob formas democráticas(...) A ideia da universalidade de uma forma política (a democracia), apresentada como própria de Marx, nada tem a ver com este (COGGIOLA *apud* MARX, ENGELS, 1996, p.22-23).

Atemporalidade esta que não se dá a um modo fixa, estática, empírica, como querem a Burguesia Capitalista, detentora dos meios de produção, produtivos, donatária do Poder econômico e Político, mas sim sob uma perspectiva, segundo Marx, sob o próprio processo histórico, dialético, através da Luta de Classes. Ou seja, da urgente e necessária tomada do poder pelo Proletariado, da derrubada violenta da Burguesia Capitalista. Concepção semelhante a de Rousseau será a de Pierre-Joseph Proudhon

(1809-1865), filósofo anarquista francês, autor de: *A Filosofia da Miséria* de 1847: “(...)A propriedade é um roubo”, tinha afirmado Proudhon, contra o capitalismo, propondo o sistema mutualista, baseado na gratuidade do crédito (...)” (COGGIOLA *apud* MARX, ENGELS, 1996, p.16). Ao qual é denunciada, essa mesma propriedade, também por Marx em *O Capital* e outros textos. É de Rousseau também, ideias emprestadas a Marx, acerca da propriedade privada, de sua abolição (ao defender uma sociedade sem classes), ao acreditar que a terra fosse um bem comum, de todos.

Todos esses personagens, elementos, ali envolvidos, diluídos, misturados, naquele Contexto Histórico, social, ambiental, econômico, político, antropológico, cultural, filosófico, teológico, da época da Redação, da produção do *Manifesto Comunista* de 1848 por Marx e Engels, revela a dimensão e a complexidade daquele período, contexto Europeu do século XIX. Complexidade esta que será melhor esclarecida por Marx e Engels após 1847-48, ou seja, logo após os anos iniciais da Redação do *Manifesto*, dos prelúdios da Revolução como é descrita por Hobsbawm, quando Marx e Engels se dirigem à *Liga dos Comunistas* ou *dos Justos*. Da cobrança de escrita, como mencionou Hobsbawm, por três operários alemães exilados em Londres, que até aquele momento eram dirigentes da *Liga dos Comunistas* ou *dos Justos*, por: Bruno Bauer, Karl Schapper e Joseph Moll. Aspecto Literário este, de adequação de escrita, realizada principalmente, por Marx, ou seja, do fazer-se entender não apenas aos de sua classe, intelectuais, homens das letras, mas também pelos próprios trabalhadores, camponeses, tanto alemães, franceses, ingleses, não obstante russos, já em 1917, na Modernidade, por uma grande maioria, público, da cidade e do campo. Como é apontado por Marx e Engels no *Manifesto*:

Por sua posição histórica, as aristocracias da França e da Inglaterra viram-se chamadas a lançar libelos contra a sociedade burguesa. Na revolução francesa de julho de 1830, no movimento inglês pela reforma, tinham sucumbido mais uma vez sob os golpes desta odiada arrivista. A partir daí não se podia tratar de uma luta política séria; só lhes restava a luta literária. Mas também no domínio literário tornara-se impossível a velha fraseologia da Restauração (...). A literatura socialista e comunista da França, nascida sob a pressão de uma burguesia dominante e expressão literária da revolta contra esse domínio, foi introduzida na Alemanha quando a burguesia começava sua luta contra o absolutismo feudal. Filósofos, semifilósofos e impostores alemães lançaram-se avidamente sobre essa literatura, mas esqueceram-se de que, com a importação da literatura francesa na Alemanha, não eram importadas ao mesmo tempo as condições de vida da França (...). Assim, as reivindicações da primeira revolução francesa só eram, para os filósofos alemães do século XVIII, as reivindicações

da “razão prática” em geral; e a manifestação da vontade dos burgueses revolucionários da França não expressava, a seus olhos, senão as leis da vontade pura, da vontade tal como deve ser, da vontade verdadeiramente humana. O trabalho dos literatos alemães limitou-se a colocar as ideais francesas em harmonia com a sua velha consciência filosófica, ou melhor, a apropriar-se das ideias francesas sem abandonar seu próprio ponto de vista filosófico. Apropriaram-se delas da mesma forma com que se assimila uma língua estrangeira: pela tradução. (...) A literatura revolucionária que acompanhava esses primeiros movimentos do proletariado teve forçosamente um conteúdo reacionário. Preconizava um ascetismo geral e um grosseiro igualitarismo (MARX, ENGELS, 1996, pp.59-66).

Embate literário este, outrora travado também com David Riazanov (1870-1938), e com os hegelianos, seguidores do filósofo idealista alemão Georg Friedrich Wilhelm Hegel (1770-1831), tanto de direita, encabeçado por um grupo de estudantes da Universidade de Humbolt, Berlim, quanto de esquerda, por Ludwig Feuerbach (1804-1872), Max Stirner (1806-1856), David Friedrich Strauss (1808-1874) e Bruno Bauer (1809-1882). É de Feuerbach, Stirner, Strauss e Bauer, respectivamente, os escritos, textos, obras, concepções: *Das Wesen Christentum* (A Essência da Cristandade), *Der Einzige und Sein Eigentum* (O Único e a sua propriedade) , *Das Leben* (A Vida de Jesus) e, por último, por Bauer. Ao acreditar Bauer ser desnecessário pensar uma teologia, em um Deus Cristão, nesse sentido, ser uma hipótese desnecessária, uma narrativa mítica, pois isso seria remeter a Humanidade, as pesquisas científicas, fontes historiográficas, à constituição da Roma Antiga, dos Césares, ao passado, a própria história, a cultura, a política. Ou seja, a convenções e artificializações humanas. Portanto, das velhas amarras, resquícios do Antigo Regime, dos dogmas tanto Religiosos, da Reforma e da Contra-Reforma concebidas, por exemplo, por Lutero, do Luteranismo, por Münzter, do movimento *Anabatista* na Alemanha, quanto do Absolutismo Monárquico dos Reis, na Inglaterra, feudais. Nessa linha, John Edward Christopher Hill (1912-2003), historiador marxista britânico, contemporâneo de Hobsbawm, na obra *A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII*, na Parte IV intitulada *A Bíblia e a literatura inglesa*, escreve Hill:

Prostituíram as Escrituras(...) como rameiras fizeram seu trabalho de meretrizes para o povo infiel, iletrado e trapaceiro(...) O povo sem instrução [antes da Reforma] era atraído pela leitura das escrituras pela especial Providência de Deus, esta pedra preciosa não deveria ser lançada aos porcos. Os cem anos que vão de 1580 a 1680 constituem a era mais importante da literatura inglesa. Há infinitamente mais a ser dito sobre a influência da Bíblia do que me é dado lidar em um único

capítulo, ainda que possuísse a capacidade necessária. Desejo apenas enfatizar o papel desempenhado pela Bíblia nas transformações que se verificam na literatura inglesa neste período crucial. (...) Não me agrada muito a atual moda de atribuir poder à literatura. Se havia algum livro que ao longo dos séculos XVI e XVII possui certo poder na Inglaterra foi a Bíblia, mas simplesmente porque os homens e mulheres acreditavam nas verdades nele contidas. A crença tornou-se ainda mais forte graças aos tradutores, que se predispuseram a um trabalho enorme e correram sérios riscos pela causa na qual acreditavam (HILL, 2003, pp.465-66).

Reforma enxergada por uma ampla parcela da sociedade dessa época, Alemã, Inglesa, Francesa, como algo bom, de poder se expressar livremente, pelo movimento Cartista Inglês, da luta pelo Sufrágio Universal, do voto secreto e da redução da jornada de Trabalho, de seguir ou não uma religião, ou seja, pelo próprio Lutero, Müntzer, outros, na Alemanha. Enquanto para uma minoria, detentora do poder tanto político, econômico, quanto espiritual, religioso, da luta por manter o *status quo*, de posições sociais, determinados privilégios, por Calvino, representante dos anseios Puritanos, não obstante pelo próprio Lutero, apesar de ser um crítico ferrenho da Igreja católica, mas se aproximou da Burguesia, Comerciantes, pelo próprio Czarismo, de Nicolau II; pela Igreja, Reis, Absolutismo Monárquico, que viam nessa ampla maioria, bojo, Reformadores, juntamente com as ideias Comunistas de Marx e Engels, como uma ameaça real da tomada do Poder, ou seja, de profanação do sagrado, das verdades contidas na Bíblia, de dogmas ou preceitos de fé. O que, portanto, contrariar tais verdades, seria considerada por essa Instituição Religiosa, um mal caminho, heresias. Passagem esta, onde Hill, como se vê, faz uma breve ponderação do poder da literatura como abarcadora para explicar assuntos que fogem, por exemplo, à razão humana. Sendo preciso, dessa forma, fazer uma releitura do que está sendo posto por intérpretes, de novas traduções, tradutores, da Bíblia, ou seja, do enviesamento até mesmo do que considera as “sagradas” escrituras.

É neste contexto de embates nos mais diversos campos, a partir do atrasado (feudal) Império Prussiano do século XIX, de onde Marx e Engels inicialmente escreveram, expandindo-se por toda a Europa daquele século, que Marx e Engels se deram conta que, apesar dos diferentes temas em que os embates se colocavam, que o fundamental para que eles ocorressem e que para se pudesse entendê-los e se posicionar sobre eles era o antagonismo de interesses entre as classes. Classes antagônicas - a burguesia e o proletariado - que se desenvolviam pela Europa, sobretudo Inglaterra e

França, e que fizeram com que Marx e Engels a expusessem, já como antagonismo agonizante, nas páginas do *Manifesto Comunista*, de 1848, conforme introdução exposta por Osvaldo Coggiola em nosso trabalho.

II. A TEORIA DA HISTÓRIA EM MARX, A PARTIR DA INTERPRETAÇÃO DE HECTOR BENOIT

Alcides Hector Rodriguez Benoit (1951-2022), finado professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH da UNICAMP (SP), filósofo marxista, nascera a 2 de Setembro de 1951 em Montevideo, Uruguai, autor de diversas obras, artigos científicos, a título de exemplo: *Sócrates e o Nascimento da Razão Negativa* (1996), *Platão e as temporalidades: a questão metodológica* (2015), *A Odisseia de Platão: as aventuras e desventuras da dialética* (2017) e, para esse momento de compreensão, estudos e análises, o Relatório Sabático de 1º de janeiro a 31 de agosto de 2015, *Marxismo e a tradição dialética*, em especial o Capítulo III - *A teoria da história em Marx*.

Nesta obra, Hector Benoit reúne alguns de seus artigos científicos mais importantes, dentre eles o artigo intitulado *A teoria da história em Marx*, no Capítulo III, onde Benoit aponta equívocos por parte, por exemplo, do filósofo francês August Comte (1798-1857) – Fundador do Positivismo na França, autor da Lei dos três Estados (o Teológico, o Metafísico e o Positivo) e o defensor de uma física social presente na Humanidade, na dinâmica social - e do Antropólogo Norte-Americano Lewis Henry Morgan (1818-1881), ao demarcar três grandes períodos históricos, étnicos (o estado Selvagem, o de Barbárie e o de Civilização), do dogmatismo Stalinista, do darwinismo social, da evolução biológica das espécies e não obstante, em partes, das concepções, ideias do próprio Friedrich Engels, contidas nas obras: *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado, Princípios do Comunismo*, por outro lado, acertos por parte de Marx e Engels, ao conceberem a História como um fator crucial para a compreensão não apenas do passado, mas também, do presente e quem sabe, até mesmo do futuro, o que quanto ao futuro, já não se pode afirmar com tamanha certeza, exatidão, pois se assim o fosse, seria estar fazendo Astrologia, Metafísica, Positivismo, Teologia, Evolucionismo, Determinismo, ou seja, conjecturas para além da realidade, da cognição humana, um salto na escuridão, e não o fazer Racional Científico, como se propõe Marx e Engels, o saber científico da História, das Ciências Humanas e Sociais, propriamente dito, enquanto investigadora do próprio Homem em si, enquanto Ser Histórico e Social. Nesse sentido, esclarecendo Benoit, parafraseando Marx e Engels: “A história de todas as sociedades até aqui existentes é a história da luta de classes” (BENOIT, 2015, p.42). Sociedades que querem dizer, evidenciar, Marx e Engels no *Manifesto Comunista* de

1848, a sociedade Romana na Grécia Antiga, da *pólis* Grega, das cidades-estado, Atenas, Esparta, depois a Feudal na Europa, sociedades estas onde já havia o Antagonismo social, as contradições históricas, até aquele momento presente, onde Marx e Engels se encontravam, em exílios, em mudanças de um país a outro (primeiro na Alemanha, depois na França, Inglaterra, Rússia), ou seja, no contexto do século XIX, pré-revolução Industrial; do antagonismo social existente entre essas duas classes sociais muito distintas, a burguesa capitalista (exploradores, opressores) e a proletária ou trabalhadora (explorados, oprimidos).

A História (o passado, o presente e o futuro) em sua gênese é concebida por Marx e Engels, nas palavras do Professor Hector Benoit, já no século XXI, em sua obra *Marxismo e a tradição dialética* (especificamente no capítulo *Teoria da História e teoria da Revolução Mundial*), em que é apontada essa História por Benoit, como sendo remontada a época dos Gregos Antigos (da sociedade greco-romana, feudal). Nesse sentido, dizendo Benoit, abrindo aspas:

(...) Porém, inegavelmente, a Ásia está ausente naquela frase que abre o Manifesto: “A história de todas as sociedades até nossos dias é a história da luta de classes”. Isto fica claro, sobretudo, quando o segundo parágrafo continua: “Livres e escravos, patrícios e plebeus, etc.”. O que o texto está literalmente dizendo, de maneira efetiva, é que a história começaria com o modo de produção escravista, ou seja, com a história grega. Sendo assim, não é apenas a Ásia que é excluída da história, mas também, como observara Engels, a comunidade primitiva. Teria razão assim Engels, apesar de tudo, nas suas atualizações? Apenas se reduzirmos o conceito de história (*Geschichte*), como fez Engels, naquela sua nota, à sua mera realidade empírica. Procuremos, ao contrário, compreender o conceito de história tal como é ali enunciado: “Toda a história até hoje é a história da luta de classes”. Isto quer dizer, precisamente, em primeiro lugar, que somente se chama de “história” o período a partir do qual existem classes sociais em luta. A história é entendida exatamente como o devir contraditório resultante da luta de classes, ou seja, o devir contraditório que surge na maneira antagônica através da qual, a partir de um certo momento, os homens produzem e reproduzem a sua vida. A comunidade primitiva, assim, na própria medida em que não desenvolveu a apropriação privada, não desenvolveu as classes e está, portanto, aquém da luta de classes e aquém da história, pois não há devir contraditório nela. Não tem sentido, portanto, a nota de Engels, tanto na sua relativização à “história escrita”, como nas suas atualizações empíricas a respeito da comunidade primitiva e, muito menos, ao remeter-nos para a origem da família, uma obra inspirada na antropologia de Morgan e, portanto, desenvolvida em instância conceitual radicalmente diversa (BENOIT, 2015, pp.60-61).

Ou seja, para Marx e Engels, de acordo com Benoit, as sociedades inseridas na história são entendidas enquanto movimento dialético *imane*nte, ou seja, não teleológica ou positivista, mas enquanto próprio antagonismo e superação de momentos progressos, anteriores, dessa maneira, só assim sendo possível na multiplicidade, ser possível surgir algo novo, uma nova sociedade, o futuro. Como demonstra Benoit nessas páginas:

(...) Como se vê, assim, na história como história da luta de classes, se o presente, modo de produção capitalista, atua sobre o passado “imutável” e atrasado pré-capitalista, seja o império asiático ou semi-asiático, este passado, por sua vez, atua de volta negativamente sobre o presente da Europa e abre o caminho para a revolução social do futuro. Os tempos diacronicamente diversos dos diferentes modos de produção, os diversos momentos do passado, do presente e do futuro, convivem e se relacionam assim sincronicamente, na simultaneidade dialética da história, e realizam a história entendida como luta de classes ou, mais precisamente, como teoria da superação das classes, isto é, como teoria da revolução permanente mundial. Como escreviam de maneira precisa Marx e Engels já em 1850, na sua mensagem à Liga dos Comunistas: “nossos interesses e nossas tarefas consistem em fazer a revolução permanente (*die Revolution permanent*) até que as classes relativamente possuidoras sejam desalojadas da dominação, o poder de Estado seja tomado pelo proletariado, e a associação do proletariado se desenvolva, e não somente em um país, senão em todos os países dominantes do mundo, em proporções tais que cesse a concorrência entre os proletários desses países, e até que pelo menos as forças produtivas decisivas estejam concentradas mãos do proletariado”²³¹(BENOIT,2015,pp.64-65).

Esse devir Histórico e contraditório – imane

nte, dialético –, inclusive com a inserção do modo asiático, ao qual Marx se referiu na citação de Benoit, o que faz com que as coisas, inclusive a humanidade, a luta de classes entre burgueses e proletários, caminhe para frente e para trás, em um movimento *diacrônico* e *sincrônico*, ou seja, que haja uma subdivisão da jornada histórica do Homem no Mundo: uma pré-história e uma história propriamente dita. Embora, Benoit parece advertir o leitor dos equívocos de Engels e Lewis Henry Morgan (1818-1881), ou seja, do empirismo desenvolvido por esses dois autores, tanto por Engels, quanto por Morgan, empirismo este, tomado como a realidade histórica real, verdadeira, em si, por ela mesma, a verdadeira história da luta de classes – não teria sua origem, surgimento, na pré-história, mas em outro momento histórico posterior à primitividade, ou seja, com o surgimento das sociedades grega e feudal, respectivamente, em Atenas, Esparta e na Inglaterra. Nesse aspecto, com o nascimento, por exemplo, dos Burgos, dos cercamentos dos campos (*enclosures*), das primeiras cidades; com a Inglaterra da Revolução Industrial de 1820-30, do Século XIX.

Desse modo, em detrimento da coisa em si, da realidade histórica por ela mesma, *imante* e *dialética*, atemporal, de constantes atualizações, acertada de forma mais precisa, por parte de Marx em relação a Engels, seu contemporâneo, amigo de escrita. Como lança luz Benoit, nessa passagem:

São descritas na obra de Engels três supostas fases do desenvolvimento da humanidade: estado selvagem, barbárie e civilização. Os gregos na idade heróica estariam na fase superior da barbárie, ou seja, às vésperas da constituição do Estado¹⁷⁰. No interior dessa teoria emprestada de Morgan tem papel fundamental a descrição da formação do Estado ateniense como “um modelo notavelmente típico da formação do Estado em geral”¹⁷¹. (...) À luz assim destes desenvolvimentos de Engels, embasados em Morgan, podemos retornar ao começo do *Manifesto* e o re-interpretar da seguinte maneira: antes da história escrita teria existido a história não-escrita, ou seja, a história que coincidiria com a comunidade primitiva, a comunidade que, no estágio selvagem e no da barbárie, antecedeu a luta de classes. (...) (BENOIT, 2015, pp.45-46).

A teoria da História é para Marx o desenvolvimento não linear da sociedade (da humanidade, das civilizações). Desde as sociedades de vida mais simples ou tribal às sociedades de vida mais complexas ou estratificadas. Embora, esse desenvolvimento aparente linear, que não é linear segundo Marx, possa ser confundido por muitos não marxistas e, sobretudo, por positivistas comteanos, por leitores hobbesianos, do *Leviatã* do matemático e filósofo inglês Thomas Hobbes, ou seja, do homem ser o lobo do próprio homem, de seu próprio semelhante ou ainda do *Príncipe* do filósofo florentino, italiano, Nicolau Maquiavel, ou seja, dos fins justificarem os meios, de valer a pena a obtenção das coisas a qualquer custo, preço; ao forçarem a leitura dos textos de Marx, como sendo uma aproximação de Marx, em especial, a essa corrente filosófica francesa, do século XVIII ao XIX, de Comte. Como descreve Arthur Giannotti e Miguel Lemos:

O núcleo da filosofia de Comte radica na idéia de que a sociedade só pode ser convenientemente reorganizada através de uma completa reforma intelectual do homem. Com isso, distingue-se de outros filósofos de sua época, como Saint Simon e Fourier, preocupados também com a reforma das instituições, mas que prescreviam modos mais diretos para efetivá-la. Enquanto esses pensadores pregavam a ação prática imediata. Comte achava que antes disso seria necessário fornecer aos homens novos hábitos de pensar de acordo com o estado das ciências de seu tempo. Por essa razão, o sistema comteano estruturou-se em torno de três temas básicos. Em primeiro lugar, uma filosofia da história com o objetivo de mostrar as razões pelas quais uma certa maneira de pensar (chamada por ele filosofia positiva ou pensamento positivo) deve imperar entre os homens. Em segundo lugar, uma fundamentação e classificação das ciências baseadas na filosofia

positiva, finalmente, uma sociologia que, determinando a estrutura e os processos de modificação da sociedade, permitisse a reforma prática das instituições. A esse sistema devesse acrescentar a forma religiosa assumida pelo plano de renovação social, proposto por Comte nos seus últimos anos de vida. A filosofia da história — primeiro tema da filosofia de Comte — pode ser sintetizada na sua célebre lei dos três estados: todas as ciências e o espírito humano como um todo desenvolvem-se através de três fases distintas: a teológica, a metafísica e a positiva (GIANNOTI, LEMOS *apud* COMTE, 1978, pp.15-16).

Reforçando tais concepções, continuam Giannoti e Lemos sobre Comte nas próximas páginas, a seguir:

O estado positivo caracteriza-se, segundo Comte, pela subordinação da imaginação e da argumentação à observação. Cada proposição enunciada de maneira positiva deve corresponder a um fato, seja particular, seja universal. Isso não significa, porém, que Comte defenda um empirismo puro, ou seja, a redução de todo conhecimento à apreensão exclusiva de fatos isolados. A visão positiva dos fatos abandona a consideração das causas dos fenômenos (procedimento teológico ou metafísico) e torna-se pesquisa de suas leis, entendidos como relações constantes entre fenômenos observáveis. Quando procura conhecer fenômenos psicológicos, o espírito positivo deve visar às relações imutáveis presentes neles — como quando trata de fenômenos físicos, como o movimento ou a massa; só assim conseguiria realmente explicá-los. Segundo Comte, a procura de leis imutáveis ocorreu pela primeira vez na história quando os antigos gregos criaram a astronomia matemática. Na época moderna, o mesmo procedimento reaparece em Bacon (1561-1626), Galileu (1564-1642) e René Descartes (1596-1650), os fundadores da filosofia positiva, para Comte. A filosofia positiva, ao contrário dos estados teológico e metafísico, considera impossível a redução dos fenômenos naturais a um só princípio (Deus, natureza ou outro equivalente). Segundo Comte, a experiência nunca mostra mais do que uma limitada interconexão entre determinados fenômenos. Cada ciência ocupa-se apenas com certo grupo de fenômenos, irreduzíveis uns aos outros. A unidade que o conhecimento pode alcançar seria, assim, inteiramente subjetiva, radicando no fato de empregar-se um mesmo método, seja qual for o campo em questão: uma idêntica metodologia produz convergência e homogeneidade de teorias. Essa unidade do conhecimento não é apenas individual, mas também coletiva; isso faz da filosofia positiva o fundamento intelectual da fraternidade entre os homens, possibilitando a vida prática em comum. A união entre a teoria e a prática seria muito mais íntima no estado positivo do que nos anteriores, pois o conhecimento das relações constantes entre os fenômenos torna possível determinar seu futuro desenvolvimento. O conhecimento positivo caracteriza-se pela previsibilidade: “ver para prever” é o lema da ciência positiva. A previsibilidade científica permite o desenvolvimento da técnica e, assim, o estado positivo corresponde à indústria, no sentido de exploração da natureza pelo homem. Em suma, o espírito positivo, segundo Comte, instaura as ciências como investigação do real, do certo e indubitável, do precisamente determinado e do útil. Nos domínios do social e do político, o estágio

positivo do espírito humano marcaria a passagem do poder espiritual para as mãos dos sábios e cientistas e do poder material para o controle dos industriais. (GIANNOTI, LEMOS *apud* COMTE1978, pp.19-21).

Ou seja, Marx está muito afastado de Comte, de tais teorias, como aponta Benoit. Na realidade, Marx pensa a História como sendo fruto do Antagonismo social existente entre duas classes sociais muito distintas, à classe proletária (trabalhadora, desprovida dos meios de produção) frente à classe burguesa (Banqueiros, Industriais, Comerciantes, Empresários, detentora dos meios de produção). Como esclarece Benoit nesse trecho:

Na interpretação marxista da história como luta de classes, desde o Manifesto, não se trata assim de descrever a positividade de um suposto encadeamento progressivo e evolutivo de um modo de produção em relação a outro, como fez o marxismo dogmáticostalinista, pensando, desta maneira, exclusivamente uma temporalidade diacrônica, mas sim, muito mais, trata-se de pensar o processo contraditório de um modo de produção em particular, o modo de produção capitalista, o seu passado e a maneira pela qual ele realiza a superação das suas próprias contradições, ou, em outras palavras, como nele se realiza a própria história universal como e enquanto história da luta de classes. Mas, para isto, é justamente necessário pensar a relação negativa e dialética através da qual o capitalismo se relaciona com os outros diversos modos de produção, como os revoluciona, e como estes, por sua vez, o revolucionam em processos simultaneamente diacrônicos e sincrônicos. Nesse sentido, a interpretação marxista da história como luta de classes, sem dúvida, não é uma filosofia da história e nem mesmo uma teoria positiva da história ou mesmo dos momentos lineares que conduzem à revolução socialista, mas sim, muito mais, uma teoria dialética da revolução permanente mundial. (BENOIT,2015, p.62).

História esta, feita pelos Homens, pelo povo, nos mais diferentes e longínquos contextos, cenários históricos, desde a primitividade até a sociedade Moderna, Burguesa Capitalista. Contexto ao qual se encontravam Marx e Engels, de 1848. A dialética seria então um método racional de pensar e desvelar as coisas, de revelar a realidade, desenvolvida ainda na Antiguidade pelo filósofo Grego Platão (428 a.c – 374 d.c), Método este que será adotado também por Hegel (1770-1831), Filósofo Idealista Alemão, já no século XIX e, posteriormente, pelo próprio Marx, embora com uma interpretação distinta da interpretação de Hegel, abstrata e mistificada. Para Marx, a dialética seria concreta, real, o único método capaz de desvelar o antagonismo histórico das contradições sociais da Sociedade Burguesa Capitalista. Concretude esta, que se deu de fato, efetiva, no mundo das coisas, da materialidade, dentre as Revoluções já ocorridas

no tempo e no espaço, a exemplo a Revolução Francesa de 1789, a Inglesa em 1820-30, a Burguesa Alemã em 1848, a Russa em 1917, já em meados do Século XX. Nesse sentido, Revolução permanente Mundial está apontada por Benoit enquanto um aspecto histórico e político, mas não aos moldes Stalinistas, de Joseph Stalin. Em sua teoria de uma Revolução em um só País, no caso, postas em prática por Stalin, apenas, dentro da própria Rússia feudal czarista. O que segundo Leon Trotsky, por outro lado, seria possível fazê-la, a Revolução, tanto dentro da Rússia, no Ocidente, países desenvolvidos, como fora dela, ou seja, no Oriente, na China, nos países menos desenvolvidos ou atrasados. Como aponta Broué: “Portanto, deixem de fato de situar-se no terreno da luta de classes, justificando as previsões de Trotski em relação às implicações da teoria do ‘socialismo em um só país’(...)” (BROUÉ, 2014,p.335). O que fora tentado por Marx, também, ao estar à frente do jornal alemão “A Nova Gazeta Renana” (*Rheinische Zeitung*) e ao redigir com seu amigo Arnold Ruge os *Anais Franco-Alemães*, nos anos de 1848/49. Nessa direção escreve Benoit:

No entanto, da mesma forma que o modo de produção capitalista destrói a imutabilidade do imperturbável país asiático, conduzindo-o à revolução, este país asiático, do interior do seu passado milenar, por sua vez, imerso agora no processo contraditório da história mundial da luta de classes, é capaz de desencadear dialeticamente a revolução na Europa. Exatamente nesse sentido, de maneira precisa, descreve Marx a dialética da revolução mundial, em artigo que começa, significativamente, recordando a lógica hegeliana: “Um dos investigadores mais profundos, e também dos mais fantásticos, a respeito das leis do movimento que orientam a humanidade, costumava enaltecer aquilo a que ele chamava a lei da unidade dos opostos (das *Gesetz von der Einheit der Gegensätze*) como um dos segredos dominantes da natureza”²²⁴. (...) Um outro texto que pode ser lembrado, na mesma direção, reafirmando a teoria dialética da história como teoria da revolução mundial, é o célebre prefácio à segunda edição russa do Manifesto Comunista, assinado ainda conjuntamente por Marx e Engels em 1882. Sem a necessidade de qualquer atualização empírica, a partir da teoria da história já contida originalmente no Manifesto, profetizam a futura revolução de 1917. Assim, primeiramente, perguntam os autores: “Poderia a comunidade rural russa – forma por certo já muito deteriorada da primitiva propriedade coletiva da terra – passar imediatamente para a superior propriedade coletiva comunista? Ou precisará passar antes pelo mesmo processo de dissolução que constitui o desenvolvimento histórico do Ocidente?”²²⁹. (...) (BENOIT, 2015, pp.63-64).

Como se vê, percebe, Marx propôs uma teoria da História – da jornada do Homem ao longo dos séculos, desde a primitividade à Modernidade, através da Luta de Classes

– o que significa dizer, entender que as ideias desse filósofo não sejam eternas e imutáveis, ou seja, assim como as Leis Newtonianas, da Física, da Matemática, das Ciências exatas ou ainda da Física Social Positivista de Isidore August Comte, um dogma inviolável, incontestável e absoluto. Nesse sentido, como um humano, pesquisador, estudioso, investigador, ele, Marx se apoiou nos mais diferentes ramos do Conhecimento (a exemplo: da própria História, da Economia, da Estatística, das Ciências Sociais, do Direito, da Geografia), das ciências humanas e não ciências, ditas, duras, para embasar seus estudos, pesquisas, ao propor teorias, e não Leis. As leis sócio-históricas para Marx são leis relativas, ou melhor, tendenciais (de tendências). Prova disso, era a crítica de Marx ao que ficou conhecido como socialismo utópico, a pensadores dessa corrente filosófica francesa do século XVIII e XIX, a exemplo de Robert Owen, Charles Fourier e Saint Simon. Ou seja, acreditando, dessa maneira, Marx em uma outra vertente, o comunismo, da realidade objetiva das coisas, da *práxis* histórica, em uma sociedade sem classes. O que se pode ver, constatar ao longo de suas obras, de Marx, por exemplo na *Ideologia Alemã*, escrita entre 1845-46, na *Miséria da Filosofia* em 1847, no *Manifesto Comunista* em 1848, nos *Grundrisses* (rascunhos de Marx de *O Capital*) em 1857-58, na *Crítica da Economia Política* em 1859, no próprio *O Capital* em 1867, dentre outros escritos. Como descreve Benoit nessas páginas:

Estes princípios da teoria da revolução permanente mundial aqui expostos, de maneira clara vinham sendo desenvolvidos desde a época de *A Ideologia Alemã*. Já nesse texto o proletariado e o comunismo são postos como exigindo uma existência “históricauniversal” (*weltgeschichtliche*). Da mesma forma, nos esboços do *Manifesto* – o texto *Princípios do Comunismo* – sustentava Engels que a revolução comunista não era possível em um só país: “é uma revolução universal e terá, por isso, um âmbito universal”. E já combatendo profeticamente, antes do seu desenvolvimento stalinista, a teoria do socialismo num só país, perguntava Engels no seu ponto XIX: “É possível esta revolução em um só país?”. E ele próprio respondia: “Não. A grande indústria, ao criar mercado mundial, uniu já tão estreitamente todos os povos do globo terrestre (...)”. Certamente, a revolução permanente mundial é também o conteúdo conceitual mais profundo exposto no próprio *Manifesto Comunista*, conteúdo constatável desde aquela frase teórica inicial – “a história de todas as sociedades até nossos dias é a história da luta de classes” – até a célebre palavra-de-ordem que encerra o texto proclamando o internacionalismo proletário: “proletários de todos os países, uni-vos” (BENOIT,2015, pp.65-66).

Teorias de Marx, portanto, desde o *Manifesto* de 1848, que são ainda na Modernidade, Século XXI, estudadas, analisadas e revisitadas, daí, seu aspecto de

atemporalidade, de sua sobrevivência enquanto um documento histórico desde quando fora escrito, ainda no século XIX, há quase 200 anos, se mostra atual hoje, no Século XXI. Ou seja, ter se mostrado útil às ciências sociais, a economia, a Historiadores, Políticos, a Governos, a estudiosos ou não de Marx, amplo público, críticos, para a compreensão da realidade. Dessa maneira, tendo os escritos de Marx um valor não apenas de mera descrição da história, da realidade empírica, mas de sua interpretação profunda, científica, não vulgar, o que Marx chama de “superestrutura” e “infraestrutura”, ao pensar a formação do Estado, das Instituições e os mecanismos políticos, de forças ou poderes, que as operam, regem.

Esta atemporalidade é constada por Benoit, ao mencionar a edição Russa do *Manifesto Comunista* de 1848, ou seja, quase 40 anos após a primeira edição original, muitos anos depois, já em 1882, quase em passagens, fins do século XIX para o XX. Embora, mesmo se passando longos anos, tempo, ainda se fez conservar o seu caráter, seu vigor Internacionalista, Universal e também dialético. Como aponta Benoit nessas páginas:

Um outro texto que pode ser lembrado, na mesma direção, reafirmando a teoria dialética da história como teoria da revolução mundial, é o célebre prefácio à segunda edição russa do Manifesto Comunista, assinado ainda conjuntamente por Marx e Engels em 1882. Sem a necessidade de qualquer atualização empírica, a partir da teoria da história já contida originalmente no Manifesto, profetizam a futura revolução de 1917. Já em 1917 ocorreu a Revolução Russa e, em grande parte, como profetiza aquele prefácio de 1882, esta revolução na Rússia atrasada abriu a possibilidade da revolução alemã e mesmo Mundial (...) (BENOIT, 2015, p.64-66).

Dialética esta, provinda dos Diálogos platônicos, depois incorporada por Hegel, enquanto Marcha na História, da razão realizada, depois pelo próprio Vladimir Ilyich Ulianov Lênin (1870-1924), líder revolucionário russo *bolchevique*, chefe de governo da Antiga União das Repúblicas Socialistas Soviética (a U.R.S.S) de 1917, já no século XX, quando Lênin esteve, se colocou em exílio voluntário, na Biblioteca de Berna, Suíça. Ali, passou a estudar intensamente as obras de Hegel, por exemplo, a *Ciência da Lógica* (*Wissenschaft der Logik*), a *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, a *Fenomenologia do Espírito*, outros textos - incorporando a filosofia de Hegel às suas visões políticas; os aspectos teóricos, abstratos da filosofia hegeliana para a própria prática concreta, efetiva, da condução e da prática política revolucionária na Rússia de 1917, na condução do

proletariado a Revolução de abril daquele ano. Ao escrever, nesse sentido, e buscar tirar a Rússia de uma Guerra em curso e ao buscar também sanar as crises sociais, e econômicas que o povo Russo vivenciava naquele contexto, escreveu seus *Cadernos Filosóficos* de 1914, suas *Teses de Abril* de 1917, *Imperialismo: Estágio Superior do Capitalismo* de 1917, *O Estado e a Revolução* de 1918, todas obras influenciadas por suas leituras de Hegel em seu período em Berna.

Para Pierre Broué (1926-2005), historiador trotskysta francês: “(...) O tratado que mutila a Rússia é assinado no dia 3 de março de 1918 em Brest-Litovski” (...) (BROUÉ, 2014, p.114). A passagem do século XX ao XXI foi marcada pelo período entre Guerras, da Primeira Guerra Mundial que acontecera em 1914-18, de uma Guerra Civil interna na própria U.R.S.S, do levante da Legião Tchecoslovaca, entre os partidos bolcheviques e mencheviques, de insurreição dos SR’s, de Kerenski, do exército branco, da Cheka, do Birô, em 18-20 e da Segunda Guerra Mundial em curso, em 1939-45, até as próprias investidas de Adolf Hitler e Benito Mussoline, do Nazi-Fascismo, aos demais povos do Globo terrestre e do Capitalismo encabeçado pelos EUA. Período este, cenário Histórico, de época, de forma imanente já apontado por Marx no *Manifesto Comunista* de 1848. A *Nova Política Econômica* (a NEP) pensada por Lênin nos primeiros anos da Revolução, assim como o Tratado de Paz (de *Brest-Litovski*), ou seja, da saída voluntária da Rússia da Grande Guerra, foram medidas importantes adotadas por Lênin, pois a economia, a educação, na Rússia de seus primeiros tempos, ainda começava a dá os seus primeiros passos em direção a um novo futuro, a ser restaurada, muito diferente, por exemplo, da Rússia Czarista, de Nicolau II. A continuidade da Guerra em 1914-18 pela Rússia, nesse sentido, traria prejuízos sem precedentes a esta nação, ao povo russo, tanto econômicos, quanto sociais. Nesse sentido escreve Benoit:

(...) A maioria dessas revoluções ocorreram em países que possuíam, em algum sentido, certos resíduos pré-capitalistas, asiáticos, semi-asiáticos, feudais, ou mesmo mais primitivos, e certamente, estas revoluções foram, em grande parte, o resultado da expansão do Ocidente burguês, que integrou tais países atrasados, plenamente, na história universal da luta de classes. É inegável, por outro lado, que essas revoluções, no retorno dialético da sua negatividade, provocaram, diversas vezes, nos países dominantes (Alemanha, Espanha, França, Itália, EUA) abalos revolucionários e econômicos que só com grande dificuldade foram contidos. Se as contrarrevoluções capitalistas destruíram hoje essas formações que começavam a construir sociedades com características socialistas, estas contrarrevoluções, na sua maioria, estão vinculadas aos erros de grupos stalinistas e pequeno-burgueses que se afastaram daquela teoria revolucionária da história procurando

atualizá-la de forma equívoca: vide a teoria do socialismo em um só país, a negação do modo de produção asiático, a periodização mecânica, evolucionista e unilinear dos modos de produção, o menosprezo pela dialética, o privilégio à luta anti-imperialista e a programas nacionalistas, a crença em novas vanguardas que substituiriam o proletariado; em poucas palavras, a teoria da revolução por “novos” caminhos ao invés da teoria revolução permanente. Portanto, mesmo a maioria dessas derrotas apenas confirma e atualiza mais ainda aquela teoria. Acrescente-se ainda que Ásia, África, América e Europa, muito mais do que em 1847-48, apesar das desigualdades das diversas formações, estão unificadas hoje numa única temporalidade e vivem uma única história como explicitamente previa o Manifesto. Pense-se na chamada “globalização” e nos acontecimentos mais imediatos. Observemos os países asiáticos, tais como Coréia, Japão e hoje particularmente a China, apesar de postos lá no pólo oposto do mundo, como diria Marx, provocam contradições nas bolsas, nos mercados, na indústria, nos níveis de emprego de todos os países do mundo. As forças produtivas chocam-se contraditoriamente com as relações capitalistas de produção em escala mundial (...) (BENOIT, 2015, pp.66-67).

O Nazifascismo, a Alemanha Hitlerista, de Adolf Hitler, o *Führer* para o povo Alemão, a Itália Fascista de Benito Mussoline, o *Duce* para os Italianos, a constituição do Pacto de Aço, firmado em 22 de maio de 1939, juntamente aos EUA, berço do Capitalismo no Ocidente, pelo financiamento de Armas (o Plano Marshall) pelos Estados Unidos, já no século XX em passagens para o XXI, ou seja, no final da segunda guerra mundial, em 1939-45, a Doutrina Truman, juntamente a Organização do Tratado do Atlântico Norte, a OTAN, blindou ainda mais o Ocidente, dando-o mais energia, novas forças, aparatos econômicas, políticos, bélicos, de integração, ideológicos, ao erguer novas barreiras aos países do Oriente (China, Japão, Cuba, Argentina, Venezuela), e sobretudo, à União Soviética, através do Pacto *Antikomterm*, do alarde pejorativo ao “perigo vermelho”, Russo, como uma forma de demonizá-los. Esta bipolaridade, tanto ideológica quanto econômica, que fez nascer, pelo lado da U.R.S.S, medidas econômicas, políticas, em oposição ao liberalismo econômico Norte-Americano, a exemplo o Conselho para Assistência Econômica Mútua, o COMECON, o Pacto de Varsóvia. Como aponta Lenin em *Imperialismo: Estágio Superior do Capitalismo*, já em 1917: “A operação fundamental e inicial que os bancos realizam é a de intermediários nos pagamentos. É assim que eles convertem o capital-dinheiro inativo em capital ativo, isto é, em capital que rende lucro (...)” (LENIN, 1986, p. 597).

Nesse sentido, a Ásia, a África, a América do Sul, serão nesse novo contexto, no século XXI, continentes, povos, vislumbrados pelos EUA não só como potenciais

produtores de matéria prima barata, celeiros por assim dizendo de produtos *in natura*, mas sobretudo, como consumidores em larga escala de produtos importados, industrializados, de novas tecnologias, a exemplo à Rede Mundial de Computadores, a *WEB*, da Microsoft, Empresa Norte-Americana de Computadores, tanto de *Softwares*, de sistemas, quanto de *Hardwares*, a estruturas físicas, a exemplo: computadores, localizada no Vale do Silício, grande conglomerado de Empresas, de Oligopólios. Consumidores não racionais, mas como já expressava Lênin aos trabalhadores em 1917, como algo fortuito, de imposição circunstanciais do momento, do consumo compulsório de coisas, já denunciadas por Marx e Lênin, Marx em 1848 ao buscar esclarecer os trabalhadores operários alemães, franceses e ingleses, e Lênin em 1917 ao falar aos trabalhadores, soldados e camponeses russos. Momento este também vivenciando ainda pelos chineses, africanos, cubanos, brasileiros, povos das mais diferentes etnias e longínquos lugares da terra. Que sob imposição da necessidade do Capitalismo são obrigados a consumir tais produtos, tecnologias, a assimilarem tais valores culturais hegemônicos. Como descreve Benoit nessas páginas:

Como já anunciava o *Manifesto*, desenvolve-se, mais e mais, a necessidade absurda e paradoxal de destruir forças produtivas para escapar das crises cíclicas de superprodução e manter as atuais relações sociais de produção. Tudo isso, tão absolutamente presente na teoria do texto publicado em 1848, e, na verdade, hoje, muito mais atual do que na sua própria época. Nesse sentido conceitual de atualidade, isto é, o movimento da potencia ao ato, é provável que nenhum texto e nenhuma teoria histórica ou revolucionária jamais teve destino tão afortunado. Este caminho de atualização daquela frase do *Manifesto*, talvez o único que conceitualmente nos seja permitido, nos apontava já Marx no seu célebre prefácio a *Contribuição à crítica da economia política*. Lá afirmava Marx que após a derrocada do modo de produção o burguês terminaria a pré-história da humanidade. Assim, atualizada pela revolução mundial, a história da luta de classes se transformaria em pré-história (*Vorgeschichte*)²³⁸ – e a história, recebendo um novo conceito, recomeçaria, sobre novo fundamento, uma nova trajetória, agora além da luta de classes. A teoria da história do *Manifesto Comunista* estaria então definitivamente superada, mas, ainda assim, renasceria atual nas fronteiras do novo tempo, como e enquanto pré-história (BENOIT, 2015, pp.67-68).

A Crise de Superprodução ou a “Grande Depressão” no Século XIX, a quebra da Bolsa de Nova York em 1929, ocorridas nos EUA na modernidade e contemporaneidade respectivamente; a falência de bancos, empresas imobiliárias, montadoras de veículos, de grandes conglomerados, oligopólios etc., constata o que Marx e Lênin, em *O Capital*, e em *Imperialismo: Estágio Superior do Capitalismo*, já

vinham escrevendo, apontando, criticando, ou seja: os malefícios do próprio sistema capitalista, de sua decomposição, convulsões, em gerar desigualdades, problemas sociais, naturais, econômicos, às pessoas, ao próprio convívio harmonioso dos homens no planeta. Dos danos causados pelo sistema capitalista em sua fase imperialista, de suas opressões, do espólio tanto humano, quanto da degradação dos recursos naturais, ambientais e humanitários, de diferentes formas de pressões e nos mais variados contextos.

Dessa maneira, faz-se necessário um retorno dialético ao início, para se refletir sobre a pré-história, a gênese e as origens do próprio homem, da jornada desse sujeito histórico ao longo dos séculos, desde sua primitividade, seu passado, primeiros passos no Mundo, até o momento presente, onde ele se encontra, para só assim, se ter um prognóstico tendencial do que será o futuro. Assim como pensara Lenin no século XX, Marx e Engels em 1848, Hegel na virada dos séculos XVIII para XIX, e Platão já Antiguidade, nos explica o professor Benoit: a dialética é o único modo capaz de pensar revolucionariamente um processo histórico antagônico que se funda na apropriação privada do Universal, que faz com que poucos proprietários privados concentrem toda a riqueza produzida pela ampla maioria das massas expropriadas e que, com isso, as desigualdades, a miséria e a degradação humana e da natureza se aprofundem ao ponto de que, como tendência, se o capitalismo não for superado, se destrua (e nos destrua a todos) no espaço e no tempo.

IV. CONCLUSÕES

O objetivo do presente Trabalho foi buscar esclarecer as causas da redação do *Manifesto Comunista* de 1848, por Marx e Engels, dos sujeitos lá envolvidos, do contexto da época, de crises econômicas, sociais, humanas e naturais, de todos esses elementos reunidos, tendo como base a introdução organizada pelo professor Osvaldo Coggiola. Além disso, pretendeu demonstrar que a teoria da história contida no *Manifesto* de 1848, explicada pelo professor Hector Benoit, não é linear, positivista, teleológica, tais como as são nas ciências humanas de cunho positivista, ao modo de Comte, ou, menos ainda, uma espécie de darwinismo aplicado às formações sociais, que embasou, por exemplo, certa interpretação stalinista, que pode ter suas bases na própria antropologia evolucionista de Lewis Morgan e, não obstante, nas concepções do próprio Engels, ao escrever, sobretudo, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, após a morte de Marx, em 1884.

Entendemos que atualizações empíricas da própria realidade, ao invés de pensá-la sob as formas da dialética, ou seja, de suas transformações obedecendo a certas tendências fundamentais das sociedades, de seus antagonismos fundamentais, não as compreendem criticamente. As principais referências bibliográficas utilizadas para esta conclusão foram, conforme mencionado acima: o *Manifesto Comunista* de Marx e Engels, e principalmente as explicações contidas na *Introdução* de Osvaldo Coggiola (publicada no Brasil pela Editora Boitempo, em 1998); e o Capítulo III do Relatório Sabático de 1º de janeiro a 31 de agosto de 2015, do professor Hector Benoit, intitulado *A teoria da história em Marx*.

Ademais, consideramos que ainda hoje, no século XXI, o aspecto atemporal de uma obra não estática, empírica, analítica, mas sim, imanente, dialética, concreta, de totalidade, do *Manifesto Comunista* de 1848, ou seja, uma leitura enquanto um documento histórico, o torna algo vivo: que faz compreender o passado, mas também enxergar o presente e projetar tendencialmente o futuro, pois na concepção de Marx, Engels e Lenin, a Revolução Socialista-Comunista ocorreria não apenas na Europa, e depois dentro e somente das propriedades comunas rurais Russas, de forma isolada, como em certa medida fora defendida posteriormente por Stalin, mas, sim, internacionalmente,

primeiro nos principais países capitalistas desenvolvidos, em sua maioria, e depois, nos demais continentes e países do restante do mundo.

Por fim, após a leitura, a interpretação e a escrita, pudemos depreender e compreender que a relação entre os textos de Coggiola e Benoit é de complementariedade e de diferença. De complementariedade, na medida em que tanto Coggiola, quanto Benoit buscam guiar o leitor, situá-lo e esclarecê-lo, sobre o que está sendo abordado no *Manifesto Comunista*, um texto em um contexto de 1848, ou seja, escrito já há quase 200 anos, e que, apenas aparentemente, poderia estar superado pelo tempo que o separa de nós. De diferença, na medida em que Benoit procura chamar a atenção para leituras errôneas e distorcidas, que mesmo o próprio companheiro de longa data de Marx - Engels -, poderia ter cometido após a morte de Marx. Escritos de natureza positivista ou comteana, ou de cunho antropológico-evolucionista como os de Morgan, estariam muito distantes da dialética empregada por Marx e poderiam ter servido de base a certas interpretações catastróficas, como a teoria do socialismo em um só país, de Stalin. Ambos, Coggiola e Benoit, contudo, são unânimes em reconhecer em uma célebre passagem do *Manifesto*, o fundamento teórico marxista: as lutas de classes como princípio-motor da história. Em uma visão de totalidade dialética, de avanços e retrocessos, os homens ao serem inseridos em sociedade, ao constituir suas relações de produção e reprodução, atualizam essas relações ao longo do tempo, o que acaba por se transformar no próprio processo histórico da humanidade, este entendido enquanto instituições, organização política, econômica, social, cultural, enfim, como uma unidade entre classes com interesses antagônicos e, fundamentalmente, inconciliáveis e em lutas.

REFERÊNCIAS

BENOIT, Hector. Relatório Sabático de 1º de janeiro a 31 de agosto: *Marxismo e a tradição dialética*. Departamento de Filosofia – IFCH UNICAMP, 2015.

BROUÉ, Pierre. *O partido bolchevique*. São Paulo: Sundermann, 2014.

COMTE, Isidore August. *Curso de Filosofia Positiva*. Tradução de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural. Os Pensadores, 1978.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 9ª Edição. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções. 1789-1848*. Tradução: Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel, 38ª ed – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

HILL, Christopher. *A Bíblia Inglesa e as revoluções do século XVII*. Tradução de Cynthia Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LENINE, Vladimir Ilyich. *Obras Escolhidas*. 3ª edição. Editora Alfa-Omega: São Paulo, 1986.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Organização e introdução de Osvaldo Coggiola. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.